



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 07/07/2021

ORDEM DO DIA

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011.

JOÃO MAIA (PL - RN) - Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011. Apoio ao parecer oferecido à proposição pelo Relator Arnaldo Jardim.

ODAIR CUNHA (PT - MG) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem sobre a nulidade dos novos autógrafos da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, em face da alteração do inciso I, art. 3º, da proposição.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011.

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Emissão de parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011.

ODAIR CUNHA (PT - MG) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011, ressalvados os destaques.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao



Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011, ressalvados os destaques.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011, ressalvados os destaques.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Apoio ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011, ressalvados os destaques.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011, ressalvados os destaques.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, sobre as debêntures de infraestrutura, e a alteração das Leis de nºs 9.481, de 1997; 11.478, de 2007; e 12.431, de 2011, ressalvados os destaques.

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Redução, pelo Governo Federal, do número de beneficiários e do valor do auxílio emergencial. Contestação às declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito da recuperação da economia brasileira. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Propósito do Governo Federal de extinção do Programa Bolsa Família. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com as camadas menos favorecidas. Reajuste nos preços do gás de cozinha e dos alimentos no País. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em grande esquema de corrupção, segundo dados da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Queda dos índices de aprovação do Presidente da República, diante do fracasso de



sua gestão, de sua incompetência e, principalmente, pela forma desastrosa de condução da crise sanitária.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Ameaça, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de não reconhecimento do resultado das eleições presidenciais de 2022, no caso de não adoção do voto impresso. Prática de corrupção pelo Presidente da República. Relação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a corrupção praticada pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de imunizantes. Fatores determinantes da elevação dos índices de rejeição do Presidente da República. Luta da Oposição em prol da democracia, da ética na política e da preservação de direitos sociais.

RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público.

GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público.

DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público.

LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Requerimento nº 1.473, de 2021, de apreciação em regime de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2021, para sustação dos efeitos do art. 38 da Portaria GM/SM nº 1.263, de 2021, sobre a aplicação de recursos de emendas parlamentares destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS, nas transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no exercício de 2021.

VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Emissão de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994; e à Emenda nº 1 oferecida à proposição.



MARCELO RAMOS (PL - AM) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

BOHN GASS (PT - RS) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.



BOHN GASS (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra do interstício de 5 sessões para apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Solicitação, pelo PT, de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, a respeito da instituição do auxílio emergencial de 2021. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra do interstício de 5 sessões para apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994.

RICARDO SILVA (PSB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra do interstício de 5 sessões para apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Determinação, pela CPI da Covid, da prisão de suspeito de fraude na compra de vacinas contra o coronavírus. Importância da celeridade na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra do interstício de 5 sessões para apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.

RICARDO BARROS (PP - PR) - Orientação de bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, de 2017, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, ressalvados os destaques.



LEO DE BRITO (PT - AC) - Presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debate de assuntos pertinentes à sua Pasta, e na Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Distanciamento entre o Brasil visto sob a ótica de Paulo Guedes e a realidade do País. Quadro de fome, desemprego e insegurança alimentar reinante no Brasil. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha, de combustíveis e de materiais de construção. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição da subvenção econômica destinada ao auxílio das famílias de baixa renda na aquisição de gás liquefeito de petróleo - Desconto Gás. Reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Promessa do Ministro Paulo Guedes de implementação de leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Contrariedade à aprovação das propostas governamentais de reforma administrativa, e de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro, notadamente quanto ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aprovação pela Casa dos Projetos de Lei de nºs 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privadas de liberdade; e 12, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.279, de 1996, para a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em grande escândalo de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Envolvimento do Presidente da República e seus filhos no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários. Gastos exorbitantes de recursos públicos pelo Presidente Jair Bolsonaro no gozo de férias, e reajuste nos seus próprios vencimentos. Defesa da extinção de supersalários no serviço público. Determinação, pela CPI da Covid, da prisão do Sr. Roberto Dias envolvido em denúncias de



corrupção na compra de vacinas. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito da denúncia do Deputado Luis Miranda de superfaturamento da compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Realização de manifestações no País contra o Governo Federal. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do superpedido de *impeachment* do Presidente da República.

DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Apelo aos Deputados de assinatura de emendas de bancada à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Questão de ordem sobre a devolução ao orador da relatoria do Projeto de Lei nº 6.371, de 2019, acerca da revogação da Lei nº 12.318, de 2010 - Lei de Alienação Parental, em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família. Encaminhamento à Presidência de reclamação relacionada à questão de ordem.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Discussão do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Apoio do Cidadania ao Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.



ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Agradecimento ao Presidente Arthur Lira e aos Deputados pela votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Comemoração do 157º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Nossa Senhora do Socorro, no Estado de Sergipe.

DANIEL ALMEIDA (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Agradecimento ao Ministério da Saúde pela inclusão de bancários e trabalhadores dos Correios no Plano Nacional de Imunização.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Apoio ao Projeto de Lei nº 709, de 2021, sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal, no quadro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Apelo à Presidência e à Casa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância).



DIEGO ANDRADE (PSD - MG) - Acerto da iniciativa do Governo Federal de prorrogação do auxílio emergencial. Apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 89, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, relativa à instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com vista ao não recolhimento do Diferencial de Alíquota - DIFEL e do ICMS pelas pequenas e microempresas optantes pelo imposto Simples Nacional. Apelo aos Líderes partidários de assinatura do requerimento de apreciação da matéria em regime de urgência. Apoio à privatização de empresas estatais, e à destinação dos recursos oriundos às áreas de educação, saúde e segurança pública. Tramitação, no Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2021, sobre a inserção do art. 175-A na Carta Magna, para a aplicação, de 70% dos recursos obtidos com outorgas onerosas de obras e serviços e da infraestrutura de modais de transportes, no desenvolvimento do próprio setor. Sugestão do orador para a aplicação de tais recursos na construção de casas populares. Importância do avanço do programa governamental de privatização.

ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Regozijo com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Posicionamento do orador contrário à privatização do Banco do Brasil e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Extinção da indústria da impunidade como condição *sine qua non* para redução dos índices de violência reinantes no Brasil. Necessidade de discussão, pelo Parlamento brasileiro, da redução da maioria penal.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Apresentação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de números econômicos fantasiosos decorrentes da reforma administrativa. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Quadro de insegurança alimentar, desemprego e fome vigente no País. Protesto contra a apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de abertura pela Casa de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do Presidente da República em escândalo de corrupção.



CELSON MALDANER (MDB - SC) - Necessidade de realização, pela Câmara dos Deputados, de ampla discussão da proposta governamental de reforma tributária. Defesa de reformulação do Sistema Tributário Nacional com ênfase nos princípios de justiça, neutralidade e simplicidade, e na redução da carga tributária imposta aos contribuintes. Propósito do Governo Federal de aumento da arrecadação com a reforma tributária.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Gratidão à Casa pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 397, relativa à convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994. Inconformismo com o ajuizamento perante o Supremo Tribunal Federal, pelo Poder Executivo, de ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 14.172, de 2021, oriunda do Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Retomada das aulas presenciais. Defesa de extensão ao setor educacional da nova geração de Internet móvel (tecnologia 5G). Apelo por implementação da Lei nº 14.172, de 2021, nos Estados e Municípios brasileiros.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Anúncio de realização, no Distrito Federal, de manifestação da Associação Nacional Movimento Pró Armas - PROARMAS. Convite aos Deputados e ao público em geral para comparecimento ao evento. Natureza pacífica das manifestações da entidade privada. Ocorrência habitual de atos de violência em mobilizações da Esquerda. Dados estatísticos comprobatórios da não associação das armas com a criminalidade. Saudações ao grupo de Colecionadores, Atiradores e Caçadores - CAC.

CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM) - Aplausos à Polícia Militar do Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, pelo resgate de funcionária vítima de assalto. Maior atenção para com a Zona Franca de Manaus no processo de reforma tributária. Apoio à proposta governamental de substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços - CBS.

JAQUELINE CASSOL (PP - RO) - Apelo ao Governador do Estado de Rondônia por imediata liberação de recursos às Escolas Família Agrícola - EFAs.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Apoio à candidatura e eleição do ex-Governador Ciro Gomes à Presidência da República.



RICARDO IZAR (PP - SP) - Congratulações ao Departamento de Polícia Legislativa - DEPOL da Câmara dos Deputados, pela integração da cadela golden Margot ao órgão. Anúncio de votação, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Projeto de Lei nº 6.054, de 2019, acerca da inserção de § único no art. 82 do Código Civil, para disposição sobre a natureza jurídica de animais domésticos e silvestres.

CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Aprovação, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Projeto de Lei nº 6.289, de 2019, sobre a alteração do inciso V, art. 6º, da Lei 6.938, de 1981, e do § 1º, art. 70, da Lei 9.605, de 1998, com vista à inclusão, de forma expressa, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal e de outras forças policiais no Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e ao disciplinamento do exercício das atividades de policiamento ambiental.

ENCERRAMENTO